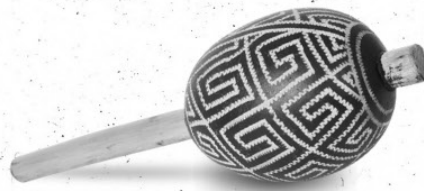
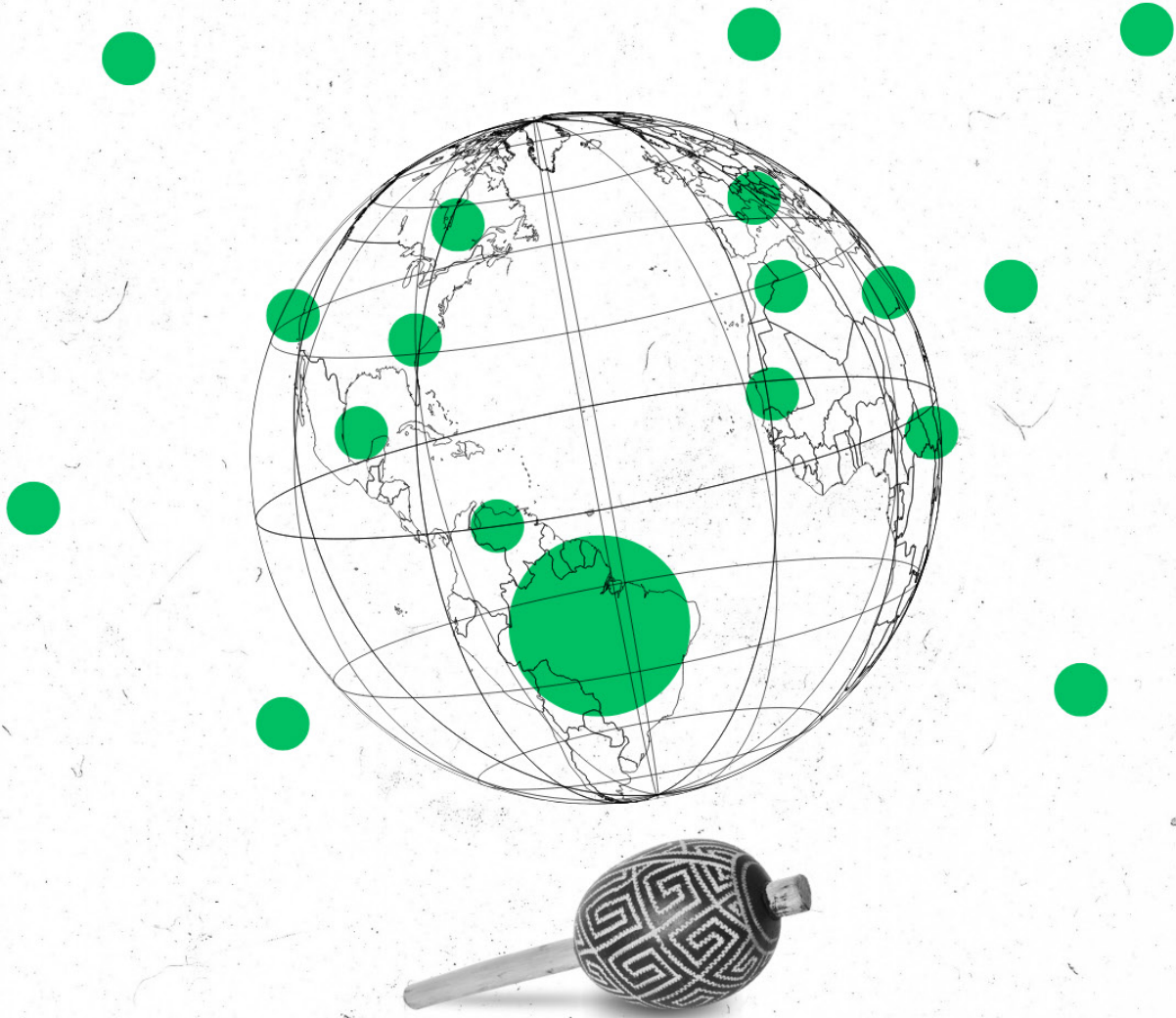




**INSTITUTO IGARAPÉ**  
a think and do tank



Norwegian Institute  
of International  
Affairs



Boletim

# **VOZES DAS AMAZÔNIAS NAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA**

Reflexões sobre a participação indígena em Belém

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
<b>A COP como “palco”, “feira” ou “clube”</b> .....	3
<b>Uma COP no Brasil e na Amazônia</b> .....	4
<b>A COP30 e a crescente paradiplomacia indígena</b> .....	5
<b>Avanços e insuficiências na participação indígena nas COPs do Clima</b> .....	8
<b>“Nós Somos a Solução”</b> .....	9
<b>Conclusão</b> .....	12
<b>Anexo</b> .....	13
<b>Notas finais</b> .....	14

# VOZES DAS AMAZÔNIAS NAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA

Reflexões sobre a participação indígena em Belém<sup>1</sup>

## Introdução

Nos últimos vinte anos, tem crescido a presença e o protagonismo da Amazônia em espaços multilaterais de decisão, como as Conferências das Partes (COPs) sobre Clima<sup>2</sup> e Biodiversidade, além de uma série de outros fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU) e demais arenas globais.<sup>3</sup> Não apenas a relevância planetária do bioma amazônico é cada vez mais clara, mas, com ela, múltiplas Amazôniaas têm buscado fazer sua voz alcançar a governança global. Embora haja uma diversidade cada vez maior de atores e interesses amazônicos representados em espaços globais, a centralidade e a importância política dos atores não estatais, e sobretudo dos representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e dos movimentos ambientalistas amazônicos, seguem sendo traços marcantes da presença das Amazôniaas nesses espaços.

No caso das COPs do Clima, a participação de atores e vozes das Amazôniaas é cada vez mais diversa e multifacetada, alcançando um número maior de grupos e indivíduos. Em articulação com múltiplas redes de parceiros nacionais e internacionais, esse vasto rol de atores amazônicos ampliou sua presença e participação nos mais variados espaços da conferência, incluindo as salas de negociação

e os pavilhões oficiais das Partes e dos Observadores credenciados na chamada “Zona Azul” – alguns deles dedicados a povos indígenas e outros vinculados a atores institucionais da região. Desde a COP20, em Lima, e especialmente nos últimos anos, tanto a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) quanto o Consórcio de Governadores da Amazônia Legal, do Brasil, ampliaram sua presença em espaços formais das COPs, inclusive com pavilhões próprios. Também cresceu a participação de atores não governamentais amazônicos, em eventos na chamada “Zona Verde”, área dedicada a atividades da sociedade civil, e nas ruas, por meio da realização de protestos nas cidades-sede desses “mega-eventos internacionais”.<sup>4</sup>

A COP30, realizada em Belém, na Amazônia brasileira, é um ponto de virada, trazendo as florestas tropicais – e a Amazônia – ao centro do debate climático. Para além do simbolismo de ser a primeira COP na Amazônia, apelidada pelo governo brasileiro de “a COP da Floresta”,<sup>5</sup> o evento permitiu visibilizar não apenas o bioma, mas também a multiplicidade e pluralidade de territórios e vozes que compõem a Bacia Amazônica, incluindo os distintos povos da floresta (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outras comunidades tradicionais) e as inúmeras Amazôniaas urbanas.

## A Amazônia e as Amazonas

A Amazônia existe, em sua forma singular, como bioma, mas aqui nos referimos às várias formas sociais que habitam e coexistem na região. Há a Amazônia urbana e industrial, da mesma forma que há a rural e florestal. Há a Amazônia indígena, negra, branca e imigrante. Há oito estados subnacionais brasileiros e outros oito países e um território que compartilham uma área dividida por fronteiras políticas. Há povos de fronteiras, por vezes em tríplice fronteira. Há povos da mesma etnia separados em países diferentes; há povos isolados, povos dos rios e palafitas, povos costeiros e dezenas de idiomas falados. A diversidade é vasta e não se resume às que nomeamos aqui.

Este Boletim nasce de um esforço para dar visibilidade às múltiplas vozes amazônicas e às suas visões sobre o lugar da Amazônia e de suas questões nas COPs, bem como às dinâmicas de participação, representação e visibilidade de vozes das Amazonas na governança climática global, com enfoque na sociedade civil e, sobretudo, em povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas.

O documento reúne reflexões compartilhadas pelos participantes do evento “Vozes das Amazonas nas COPs: passado, presente e futuro”, realizado durante a COP30, em Belém<sup>6</sup> (ver Box abaixo). Também incorpora insumos provenientes da observação participante dos autores durante o processo de preparação da COP30, ao longo do ano de 2025, bem como do encontro em si, em Belém, em novembro de 2025.

Este documento reflete principalmente as perspectivas de indígenas brasileiros presentes no evento, embora também tenham participado, em menor número, brasileiros não indígenas e representantes indígenas de outros países amazônicos. Também é importante pontuar que muitos indivíduos presentes representavam mais do que uma instituição, falando ou se referindo a suas organizações de origem, bem como a redes e associações mais amplas às quais tais organizações também pertencem. Vale notar que a sobre-representação brasileira e indígena na Roda de Conversa é, em si, um dado politicamente relevante: povos indígenas são historicamente sub-representados em espaços como as COPs do Clima, e sua presença majoritária em Belém constitui um avanço significativo. Ao mesmo tempo, essa representação não esgota a pluralidade de questões e vozes das inúmeras Amazonas presentes nesta e em outras COPs.<sup>7</sup>

## A Roda de Conversa “Vozes das Amazonas nas COPs: ontem, hoje e amanhã”

Em um momento de encerramento de ciclo, no qual as COPs do Clima transitam de um paradigma com grande foco em negociações para outro com foco na implementação do Acordo de Paris,<sup>8</sup> o evento reuniu representantes das Amazonas para refletir sobre suas trajetórias e o lugar da Amazônia nas COPs do Clima e no multilateralismo contemporâneo.

Concebido como uma “roda de conversa”, o evento contou com a presença de mais de 20 participantes, a maioria deles indígenas de diferentes povos da Amazônia brasileira, com experiências variadas em processos internacionais e em COPs do Clima. No grupo, havia pessoas que participavam pela primeira vez de COPs e outras que já eram experientes.

Havia também indivíduos “com ou sem crachá”, ou seja indivíduos que circulavam na chamada Zona Azul (de acesso restrito a credenciados no processo da Convenção Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - UNFCCC) e outros que circulavam apenas nos espaços abertos (na chamada Zona Verde, aberta à sociedade civil e ao público em geral, além das inúmeras casas de debates e eventos nas ruas de Belém).

O debate foi estruturado em torno das seguintes questões:

- (i)** Qual é a importância do engajamento nas COPs para as vozes da Amazônia? Que oportunidades ele gera?
- (ii)** Como foi possível fazer-se presente nas COPs e como esses modos de acesso mudaram ao longo do tempo?
- (iii)** Quais os principais desafios para a participação nas COPs e como eles mudaram com o tempo?
- (iv)** Quais foram as principais mudanças na participação de vozes amazônicas nas COPs ao longo do tempo? Que aprendizados podem ser destacados?
- (v)** Por que continuar indo às COPs e participando de eventos globais que oferecem tantos obstáculos?
- (vi)** Como a participação em COPs contribui para que povos indígenas dos nove países amazônicos construam parcerias e acessem fontes de financiamento para garantir o reconhecimento de seus territórios e ferramentas para protegê-los e monitorá-los?

## A COP como “palco”, “feira” ou “clube”

Não são poucas as metáforas que marcam os debates sobre COPs do Clima e que ressoam nas reflexões sobre as motivações e o valor da participação da sociedade civil amazônica, sobretudo indígena, nesses “espaços globais” ou “megaeventos internacionais”.

A primeira delas é a metáfora do “**palco**”; um espaço em que vozes amazônicas buscam expressar e dar visibilidade a demandas, ideias e propostas, mas também uma “raiva coletiva”, que, segundo um participante do evento, se expressa “do lado de dentro ou do lado de fora” dos espaços mais

formalizados das COPs, tais como as Zonas Azul e Verde. É essa raiva, mas também o profundo respeito que os povos tradicionais possuem pela floresta e pela natureza,<sup>9</sup> que movem indivíduos e organizações indígenas a denunciar economias extrativas, o agronegócio, a violência, bem como as contradições dos governos (neste caso sobretudo do governo federal brasileiro), cobrando ação concreta e coerência.

Imbuídos do léxico do encontro, o “palco” também permite alertar para a urgência climática, para o cada vez mais próximo “ponto de não-retorno” da Amazônia<sup>10</sup> e para os impactos da mudança do clima já sentidos nos distintos territórios amazônicos. Falta ou excesso de chuva, mudanças na fauna e na flora locais, incêndios e a necessidade de adaptação também são temas destacados na “COP-palco”.

Se o discurso predominante nos espaços oficiais da Conferência se ancora no valor climático e de mercado dos elementos da floresta, a presença de vozes amazônicas indígenas alerta para a necessidade de pensar o bioma “para além da copa das árvores e do carbono”. Como lembrou um representante da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPIPA), durante um evento de alto nível realizado na Zona Azul em Belém, “por baixo das copas das árvores estamos nós: os povos”<sup>11</sup>. Este olhar subverte o entendimento “obsessivo”<sup>12</sup> que a comunidade internacional tem sobre o carbono, advogando pela ampliação da perspectiva sobre a questão, de modo a incorporar também as pessoas e natureza (ou a biodiversidade), trazendo ambas para o centro do debate.

É justamente isso que o “palco” da COP permite a representantes indígenas e de outros povos originários e comunidades tradicionais amazônicas: expressar demandas relativas a direitos territoriais, pressionando o poder público por reconhecimento, demarcação e/ou homologação de terras indígenas e territórios quilombolas,<sup>13</sup> bem como por acesso a financiamento direto para povos, comunidades e organizações indígenas.<sup>14</sup>

Em paralelo, o movimento indígena organizado<sup>15</sup> presente nas COPs do Clima reivindica sua inclusão nos debates sobre as novas “economias verdes” — ou “economias da floresta”, ou ainda “compatíveis com a floresta em pé” — por meio da “sociobioeconomia indígena”. Não raramente, as “soluções verdes”, tais como os mecanismos de REDD/REDD+, os mercados de carbono<sup>16</sup> e até mesmo iniciativas mais recentes, como o Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), uma das principais prioridades do governo brasileiro durante a COP30, são vistas com desconfiança, criticadas ou denunciadas por representantes indígenas.

A metáfora do “palco”, em conjunção com outras analogias como “holofote”, “plataforma”, “alto-falante”, é ao mesmo tempo potente e reveladora do uso feito por muitos atores não estatais, inclusive os amazônicos,

de arenas globais como as COPs do Clima. No entanto, estas metáforas não esgotam os significados atribuídos às COPs e devem ser vistas de maneira justaposta a outras que buscam capturar diferentes características desse tipo de espaço. Como por exemplo, a caracterização das COPs como “clubes”, espaços fechados e elitistas aos quais a maioria da sociedade não tem acesso.

Há também quem caracterize as COPs como “feiras” de mercado ou de negócios, ou seja, espaços de oferta, venda, troca e negociação ou barganha. Aqui, a analogia com a “feira” permite pensar a COP como um lugar polifônico onde se encontram ou coexistem pessoas, ideias e interesses distintos e, por vezes, contraditórios. A metáfora também abarca a ideia de um espaço onde pessoas “vendem” ideias e produtos, ou que frequentam para criar relacionamentos ou “ver e ser visto”. Por fim, a “feira” também é um lugar, por vezes, confuso, com seu próprio linguajar mercadológico, que exige um conhecimento específico e restrito para que se possa nele navegar.

## Uma COP no Brasil e na Amazônia

O que significa ter ou trazer este “palco” para a Amazônia? A chamada “agenda de implementação”, ou seja, a aceleração da ação climática para concretizar acordos e compromissos já negociados desde o Acordo de Paris,<sup>17</sup> foi o foco oficial definido pela Presidência brasileira da COP30 desde o início. Essa seria a “COP da Verdade”, nas palavras do Presidente Lula,<sup>18</sup> para enfrentar os desafios da atual governança global e reafirmar o compromisso com a implementação do Acordo de Paris e com a ação coletiva baseada na ciência. A COP de Belém também foi concebida pelo governo brasileiro como a “COP da Floresta”. Nesse sentido, o governo brasileiro buscou valorizar a floresta e a natureza, trazendo essas temáticas para o centro de um processo que tradicionalmente gira em torno da transição energética.

No fim, a visibilidade política dada às florestas pelo governo brasileiro acabou refletida em distintos pilares da COP30, inclusive nos documentos negociados e acordados consensualmente entre Chefes de Estado e entre negociadores das Partes.<sup>19</sup> Na visão da CEO da COP30, Ana Toni:

*“O preâmbulo do Mutirão [documento aprovado na Plenária final do encontro] tem uma linguagem muito forte sobre estarmos no coração da Amazônia, enfatizando os povos indígenas e a importância de conservar, proteger e restaurar a natureza.”<sup>20</sup>*

Para além da retórica, uma COP na Amazônia — a “COP da Amazônia”, a “COP da Natureza” e até mesmo a “COP Indígena”, como alguns no movimento indígena gostam de chamar<sup>21</sup> — tornou-se mais do que um *slogan* ou uma aspiração. De fato, a COP em Belém foi um evento global mais próximo e acessível a muitos povos originários, resultando em um aumento da participação indígena em espaços oficiais e não oficiais (Zona Azul, Zona Verde e na “Zona Amarela”, com suas mais de 100 casas).<sup>22</sup>

Segundo estimativas oficiais da Presidência da COP30, 3.000 indígenas estiveram em Belém, incluindo 1.000 participantes em negociações oficiais. Alguns dados preliminares, comunicados ainda durante o evento, mencionaram 900 representantes indígenas credenciados e mais de 3.000 na cidade. Em COPs anteriores, o número de representantes indígenas credenciados havia sido de 300.<sup>23</sup> Ao final do evento, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apresentou um relato ainda mais impressionante do que chamou de “a maior participação indígena na história das COPs”, indicando a participação de mais de 5.000 indígenas, dos quais mais de 4.000 indígenas do Brasil; cerca de 900 credenciados na Zona Azul, sendo aproximadamente 400 brasileiros; e mais de 500 eventos oficiais e paralelos com participação indígena, dos quais mais de 400 contaram com lideranças da APIB e de organizações regionais de base.<sup>24</sup>

A Zona Verde era visivelmente indígena, com grupos de povos amazônicos liderando a organização de eventos, participando de painéis, pintando não indígenas com tinta de jenipapo ou vendendo artesanato. Representantes indígenas também foram centrais nos protestos realizados em Belém, protagonizando dois episódios nos portões da Zona Azul<sup>25</sup> e participando ativamente da tradicional Marcha pelo Clima, que, neste ano, reuniu cerca de 70 mil pessoas nas ruas de Belém<sup>26</sup>. Eles também tiveram contribuição importante na Barqueata, organizada pela Cúpula dos Povos, para “denunciar falsas soluções climáticas e anunciar que a resposta para um mundo sustentável é o povo das águas, das florestas e das periferias que resiste com suas práticas coletivas, agroecológicas e ancestrais”.<sup>27</sup> Por fim, em Belém, foi organizada pela primeira vez uma Aldeia Indígena para abrigar representantes de povos indígenas de todo o mundo durante as duas semanas do evento.<sup>28</sup>

## A COP30 e a crescente paradiplomacia indígena

A maior participação e engajamento com a COP observados em 2025 são resultado não apenas do fato de o encontro ter sido realizado no Brasil e na Amazônia, mas também de um longo e progressivo processo de abertura e incidência por parte de representantes indígenas, por meio do que alguns estudiosos chamam de uma “paradiplomacia indígena”, uma forma emergente de ação internacional não estatal.<sup>29</sup>

Nos últimos anos, o ativismo diplomático indígena se diversificou e alcançou alguns marcos institucionais importantes. Além do *Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII)*, criado no ano 2000 na ONU, em 2008 foi criado o *Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima (IIPFCC)*, que atua como

*Caucus Indígena* na UNFCCC.<sup>30</sup> Em paralelo, em 2014, foi anunciada a *Global Alliance of Territorial Communities (GATC)*.<sup>31</sup> Autodefinida como uma “plataforma política”, a GATC é composta por organizações indígenas e de outros povos tradicionais de mais de 20 países, em todos os continentes. A Aliança é incubada pela organização não governamental norueguesa Rainforest Foundation.

Os avanços prosseguiram desde então e, em 2024, durante a COP16 de Biodiversidade em Cali, foi anunciada a criação de um *G9 da Amazônia Indígena*, que reúne organizações indígenas de toda Pan-Amazônia para defender

a floresta, o clima e os direitos territoriais.<sup>32</sup> Em preparação para a Conferência em Belém, em 2025, foi criada uma *Comissão Internacional Indígena*, presidida pela Ministra brasileira dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e com participação de muitas das organizações indígenas da Amazônia e de outras partes do mundo já articuladas em espaços regionais.<sup>33</sup> Em paralelo, vale destacar que, no âmbito regional, também houve ganhos na participação indígena nos últimos anos, sobretudo na Organização de Cooperação do Tratado Amazônico (OTCA), com a criação do Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI), formalizado em 2025.<sup>34</sup>

### Marcos institucionais importantes para o ativismo diplomático indígena<sup>35</sup>

- **2000** - Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII)
- **2008** - Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima (IIPFCC), o Caucus Indígena na UNFCCC
- **2014** - Global Alliance of Territorial Communities (GATC)
- **2024** - G9 da Amazônia Indígena
- **2025** - Comissão Internacional Indígena para a COP30 em Belém
- **2025** - Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas (MAPI) da OTCA

Ter o Brasil como país anfitrião e a decisão do governo brasileiro de trazer o evento para a Amazônia foram decisivos. Além da maior proximidade geográfica para vários representantes indígenas da Pan-Amazônia e da América Latina, desde os primeiros meses a Presidência brasileira da COP30 buscou ampliar a participação indígena por meio de diferentes mecanismos.

Entre essas iniciativas, destacam-se a criação de estruturas como o *Círculo dos Povos*,<sup>36</sup> liderado pela Ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara – a primeira ministra indígena do Brasil e ela mesma uma amazônica –, e a oferta de treinamento diplomático para indígenas brasileiros por meio do Programa Kuntari Katu: Líderes Indígenas na Política Global.<sup>37</sup>

O simbolismo de ter Sonia Guajajara, uma ativista indígena de renome no Brasil e nos fóruns indígenas internacionais, não apenas como Ministra de Estado do país-sede da COP30, mas como uma figura de peso no planejamento da conferência, não passou despercebido para organizações e alianças indígenas internacionais ao longo de 2025.

No entanto, além da promessa ou da esperança de vivenciar uma COP “na nossa casa”, nas palavras de Josimara Baré,<sup>38</sup> jovem liderança indígena coordenadora do Fundo Indígena Rutî, uma iniciativa do Conselho Indígena de Roraima (CIR), e participante do programa de diplomacia indígena Kuntari Katu, tratou-se de mais do que uma experiência única para muitos representantes indígenas, e amazônicos. Foi também uma COP que deixará legados para a região (ver Box abaixo).

Na avaliação da APIB:

*“A COP30 ficará registrada mundialmente como a COP Indígena, não apenas pela maior participação indígena da história, mas porque transformamos a Conferência do Clima em um território político onde demarcação, proteção e autodeterminação deixaram de ser margens e se tornaram centro do debate climático.”<sup>39</sup>*

Mais do que retórica, para os indígenas brasileiros, a COP30 foi também um momento de celebrar o resultado de uma longa luta por participação e por direitos territoriais, com o governo brasileiro anunciando publicamente durante a Conferência em Belém, a demarcação formal de uma série de Terras Indígenas.<sup>40</sup>

### **Legados: da COP para Belém e de Belém às COPs**

A realização da COP em Belém deixa marcas concretas e simbólicas na cidade. Em primeiro lugar, há um legado de infraestrutura, com investimentos em mobilidade, equipamentos urbanos e serviços, ainda que as desigualdades socioespaciais persistam e imponham limites à distribuição equitativa desses benefícios. Em segundo lugar, destaca-se um legado político, expresso na socialização em torno da agenda climática, no fortalecimento de redes de ação coletiva, na mobilização da sociedade civil e na ampliação da capacidade local de pressionar o Estado por direitos, políticas públicas e participação. Por fim, a COP30 contribuiu para reconfigurar o olhar sobre a Amazônia, deslocando narrativas externas e estigmatizantes sobre a região e afirmando cidades como Belém como espaços de produção de conhecimento, soluções e agendas globais.

Em relação aos legados de Belém para as COPs, a primeira COP na Amazônia também projeta efeitos sobre o próprio regime climático internacional. O primeiro é de visibilidade, ao colocar a natureza e os povos indígenas no centro dos debates sobre clima, não como temas periféricos, mas como parte integrante das discussões e pilares das respostas à crise climática. O segundo legado é mais profundo e político: a contribuição para a construção de alternativas de política ambiental e de desenvolvimento, ancoradas na justiça social, na valorização dos territórios e dos saberes locais e na integração entre clima, biodiversidade e direitos humanos.

## Avanços e insuficiências na participação indígena nas COPs do Clima

“Estamos aqui”, disse uma representante indígena brasileira, destacando a importância de sua participação em espaços historicamente ocupados por outros. Entretanto, “estar” e “participar” da COP em Belém tinha um gosto agridoce. Os avanços ao longo dos últimos anos são evidentes: com o aumento de indígenas acreditados, a criação de mecanismos mais formalizados de participação (como o *Caucus Indígena*), e a maior presença de representantes indígenas em eventos, tanto em espaços controlados, com creditação ou convite, quanto em espaços autônomos e autogestionados.<sup>41</sup> Por outro lado, tais avanços são insuficientes. Em outras palavras, representatividade e visibilidade importam, mas não são um fim em si mesmas. São pontos de partida, não de chegada.

As limitações sentidas ou percebidas por representantes indígenas são muitas e de naturezas distintas. Primeiro, em muitos casos há uma sensação de que a mensagem não chega aos ouvidos daqueles que mais precisam escutá-la – aqueles que não são próximos ou simpáticos à causa. Essa avaliação ressoou na Roda de Conversa, em frases como: “Falamos de nós, para nós”. Ou, ainda, em lamentos como: “Pena que não tem mais pessoas aqui de outras instâncias nos ouvindo também.”

Um segundo tipo de limitação diz respeito a duas formas diferentes de tradução: uma primeira, literal, relacionada à barreira linguística, e outra, referente à transformação de palavras em resultados políticos efetivos, seja no âmbito das negociações, seja nos territórios. Neste último caso, a limitação é articulada, por exemplo, por meio de críticas à falta de acesso a espaços de negociação, bem como à falta de efetividade do processo da Convenção do Clima, destacando o hiato existente entre as promessas que saem das COPs e as realidades vividas nos territórios.

Neste sentido, é evidente que não apenas o acesso é limitado, mas também que a presença e a voz não garantem a influência pretendida nos processos climáticos globais e nas dinâmicas territoriais na própria Amazônia. Essas perspectivas aparecem claramente nas reflexões compartilhadas durante a Roda de Conversa em Belém: “É difícil influenciar as negociações”, “Nada de realmente concreto surgiu das negociações lideradas pelas Partes”, ou ainda “Nenhuma incorporação das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) indígenas”.

Este é um obstáculo que se apresenta depois de vencido o primeiro desafio, que é o da barreira linguística. Atualmente, apenas no Brasil são faladas mais de 175 línguas indígenas.<sup>42</sup> Em cidades como São Gabriel da Cachoeira, localizada no Alto Rio Negro, onde a população indígena equivale a 85% dos habitantes, coexistem mais de vinte etnias indígenas diferentes. Lá, além do português, outras três línguas tradicionais foram reconhecidas como oficiais por força de uma lei municipal de 2002:<sup>43</sup> Nheengatu, Tukano e Baniwa, os idiomas mais falados pela população<sup>44</sup> que habita a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela.

É natural que o português não seja nem a primeira nem a segunda língua dos indígenas da região. A mesma realidade pode ser observada em outras populações indígenas brasileiras, como os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, que vivem na fronteira com o Paraguai, ou os Ashaninka do Acre, que são tão Ashaninka quanto os parentes que habitam aldeias no território peruano. Se o português já é, muitas vezes, uma língua não materna, com todas as dificuldades e barreiras que isso implica, saber o inglês, idioma mais usado durante as negociações das COPs, é uma realidade para pouquíssimos indígenas. Essa questão foi levantada durante a Roda de Conversa em Belém, especialmente pelos poucos representantes presentes que haviam participado de edições anteriores realizadas em outros países.

A avaliação dos participantes da Roda de Conversa sobre a COP30 carrega a ambivalência que marca a presença indígena nesses espaços. De um lado, um “otimismo realista”: a consciência de que “legado é processo” e de que as conquistas devem ser celebradas. Do outro, a lembrança de que é preciso seguir lutando, permanecendo “atentos e vigilantes”. A COP com maior participação indígena da história foi também aquela em que o povo Munduruku protestou “do lado de fora”, na porta da Zona Azul.<sup>45</sup> Os indígenas alertavam para a transformação da floresta em “negócio” e denunciavam o impacto de grandes empreendimentos nos modos de vida da comunidade.

## “Nós Somos a Solução”

Ao tomar a participação autônoma – e até mesmo a paradiplomacia indígena – como “uma resposta prática à exclusão institucionalizada”,<sup>46</sup> o engajamento na COP em Belém ilustra uma das diversas facetas contidas nessa “resposta”. Observa-se, por exemplo, um processo simultâneo de apropriação, mas também de tentativa de subversão do léxico diplomático climático de “soluções climáticas”,<sup>47</sup> afirmando ainda que os povos indígenas “têm propostas”, e as põem em prática mesmo quando não estão à mesa. Um exemplo é o papel dos territórios indígenas na preservação do bioma amazônico e de suas funções ecossistêmicas globais, amplamente evidenciado pela comunidade científica, mas negligenciado na arquitetura da governança climática global. A reivindicação de considerar “demarcação territorial como política climática”, que ganhou adesão política em Belém e foi incorporada ao texto final das negociações,<sup>48</sup> expressa essa busca por reconhecimento institucional do papel planetário dos povos indígenas da Amazônia.

Essa busca por reconhecimento da autoridade, legitimidade e contribuição indígena em questões climáticas, enquanto “Guardiões da Floresta” e “autoridades climáticas”, vai além da defesa de seus direitos territoriais. Multiplicam-se nos corredores de Belém, e em outros espaços nos últimos anos, menções a “conhecimentos indígenas”, “ciências indígenas”<sup>49</sup> e “diplomacias indígenas”. Em 2024, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) criou a campanha indígena “A Resposta Somos Nós,”<sup>50</sup> cujo propósito é “promover, dar visibilidade e evidenciar as contribuições dos povos indígenas e de suas iniciativas no cuidado com as pessoas, os territórios e a Mãe Terra, alinhando conhecimentos e ciências ancestrais ao enfrentamento efetivo da crise

climática”.<sup>51</sup> Um exemplo disso é o processo de criação da NDC Indígena,<sup>52</sup> lançada pela APIB em agosto de 2025, com “36 medidas que afirmam que não existe ação climática real sem demarcação, sem financiamento direto, sem zonas livres de exploração e sem a proteção dos povos que há milênios vivem em harmonia com o planeta”.<sup>53</sup> O documento apresenta as demandas dos Povos Indígenas do Brasil,<sup>54</sup> da Amazônia e em outras localidades para a NDC brasileira.

No entanto, para os mais críticos, a linguagem de “soluções” é uma maneira de formular “a raiva coletiva”, a partir do lado dentro, deixando o espaço das ruas – ou o “lado de fora” –, como o espaço onde circulam outros discursos, em outros registros.

De fato, o uso da linguagem climática, e de suas expressões e jargões, por parte de grupos tradicionalmente excluídos ou contra-hegemônicos revela um difícil equilíbrio entre integração e subversão. Por um lado, ao entrar no debate climático e fazer uso do léxico amplamente disseminado, os povos indígenas reafirmam seu desejo de integrar-se, pertencer, influenciar e moldar os rumos dos processos políticos, além de serem ouvidos, para que as decisões sejam mais benéficas. Ao fazê-lo, reforçam, em vez de contestar ou reformar radicalmente, as estruturas existentes. Por outro lado, organizações e representantes indígenas se apropriam do léxico do campo de forma crítica e, por vezes, até subversiva, reafirmando sua cosmologia (ver Box abaixo).

Depoimentos sobre e a partir da COP de Belém são carregados dessa tensão, expressa na forma de desconforto ou crítica por parte de representantes indígenas das Amazônia, indicando que muitos ocupam o espaço com a responsabilidade de permanecer autônomos, não cooptados e, certamente, não conformados em serem apenas convidados ou aceitos para participar.

Refletindo publicamente sobre a COP30, Josimara Baré pondera sobre o que chamou de um “*intenso exercício de diplomacia indígena: ocupar, circular, articular, levar dados, histórias e resultados dos nossos territórios para dentro de um sistema que ainda pouco nos enxerga*”.<sup>55</sup>

Ou ainda, como afirmou um indígena brasileiro diante de uma plateia internacional em um evento oficial de alto nível em Belém, ao se desculpar por “infelizmente ter que quebrar o protocolo”:

*“Na COP da Verdade, é importante que estejamos aqui para falar a verdade. Somos os principais financiadores do clima. Financiamos com o que temos de mais valioso: nossas vidas. Tivemos pouco espaço aqui na COP para falar a verdade. Precisamos parar com os atravessadores. Temos competência técnica, jurídica e administrativa. Nos capacitamos na cultura de vocês, vide o TFFF [Fundo de Florestas Tropicais para Sempre]. Temos a responsabilidade de garantir que [o Acordo de] Paris seja cumprido.”*

A busca por dar visibilidade aos indígenas como atores climáticos, portanto, vai além da busca de justiça climática, seja por meio de marcos tradicionais de reparações e perdas e danos, seja por meio dos marcos normativos como o das “responsabilidades comuns mas diferenciadas” (*Common but Differentiated Responsibilities*, CBDR). Trata-se de reconhecer o papel que os povos da floresta cumprem e, ancestralmente, sempre cumpriram, na contramão da economia do carbono, preservando o mundo em que vivem e sustentando o clima que torna possível a vida humana na terra.

### **A dimensão cosmológica das “soluções indígenas”**

Durante a Roda de Conversa de Belém, ficou clara a compreensão indígena de que os povos indígenas são a solução também por uma camada cosmológica que une os povos da floresta aos próprios elementos naturais em nível espiritual. “A gente carrega essa nossa conexão com o território”, “Somos parte do território”, “a Terra é uma mãe que nos mantém vivos”, foram expressões que apareceram. O “ver a Terra como mãe”, mais do que um sentido ocidentalizado que denota exploração de recursos, evidencia uma outra cosmologia na qual as pessoas nascem da Terra e compartilham o mundo com a fauna e a flora em pé de igualdade.

Nessa perspectiva, ações como cortar uma árvore pode assumir significados distintos daqueles das cosmologias indígenas – para as quais a morte de uma árvore pode ser comparável ao assassinato de um irmão, por exemplo. Extremamente diversas, as cosmologias indígenas atribuem significados diferentes aos elementos naturais, mas o que une essa diversidade é a compreensão da conexão peculiar que os povos indígenas têm com o território e com os elementos que o compõem (envolvendo plantas, animais, ar, água, montanhas etc.). Como fazem parte do território, são também os principais conhecedores das soluções para enfrentar as crises que atingem seus próprios lares – a floresta. Nesse sentido, não há como discutir a floresta sem a participação de seus povos.

## Conclusão

“Reconhecemos nossas vitórias, mas permanecemos vigilantes”.<sup>56</sup> Foi com essas palavras que um grupo de organizações integrante da *Global Alliance for Territorial Communities* se dirigiu ao Comitê Gestor do Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Assim como no caso do TFFF, a tensão em torno da participação indígena amazônica na COP30, e nas COPs do Clima de modo mais amplo, está longe de se resolver e busca expressar a “dupla dimensão da paradiplomacia indígena”: por um lado, sua “atuação estratégica nos espaços globais de poder”, avançando agendas próprias, como outros grupos de interesse; por outro, a “valorização e a centralidade de formas próprias de conhecimento, organização e visão de mundo, distintas das estruturas estatais e coloniais”.<sup>57</sup>

Apesar das inúmeras críticas às exclusões nas COPs, para atores amazônicos há inegáveis ganhos – simbólicos, políticos e materiais – em sediar uma COP do Clima na Amazônia. Simultaneamente “palco”, “feira” e “clube”, a COP permanece um espaço válido, ainda que limitado, para articular as reivindicações dos povos da região. Entre elas, não está apenas a valorização (no discurso) da floresta e de sua sociobiodiversidade, mas também a defesa de uma abordagem mais integrada (ou “sinérgica”)<sup>58</sup> entre clima e biodiversidade, além do reconhecimento do papel dos povos indígenas e de seus direitos coletivos na sustentação desse nexos.

Em tempos de emergência climática, a COP em Belém permitiu a um conjunto de atores amazônicos ecoar um grito coletivo – de denúncia e de reivindicação por reconhecimento. Respeitando ou não os protocolos, a COP em Belém foi uma “COP da Verdade”: um espaço para celebrar vitórias e, ao mesmo tempo, expor incoerências,

insuficiências e limitações do processo da UNFCCC e das políticas domésticas dos países amazônicos e seus parceiros. Foi palco para denunciar a violência contra comunidades indígenas e povos originários, incluindo (violência aberta contra defensores e comunidades, invasões e apropriação de terras, poluição e destruição ambiental. Também serviu para articular, nos corredores das Zonas Azul e Verde e nas ruas, demandas pelo reconhecimento dos direitos territoriais indígenas, como “solução climática” e dos grupos indígenas como “autoridades climáticas”, valorizando seus conhecimentos e saberes.

Além disso, fica evidente o apelo de diversos atores amazônicos por maior acesso direto de povos indígenas e tradicionais ao financiamento climático – inclusive no âmbito de novos mecanismos de financiamento destinados às florestas tropicais, como o TFFF –, bem como pelo fortalecimento do apoio internacional a fundos comunitários nacionais e liderados pela sociedade civil e por povos indígenas. Esses canais representam um passo importante no reconhecimento das práticas tradicionais indígenas como parte da governança do clima e da biodiversidade global, que precede e transcende os marcos formais da governança climática moderna. O legado da COP30 ainda deve reverberar por muito tempo e, espera-se, traduzir-se em avanços concretos nas decisões climáticas globais, com protagonismo indígena cada vez maior.

# Anexo

## **Lista de organizações representadas pelos participantes da Roda de Conversa “Vozes das Amazônia: Ontem, hoje e amanhã” (Belém, 13/11/2025)**

- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
- Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK)
- Associação dos povos Okoymoyana, Xowiyana e Kararayana do rio Jatapu (Aymara)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- Coordenadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)
- Conselho Indígena de Roraima (CIR)
- Conselho Indígena do Planalto Santareno
- Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPIPA)
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
- Programa Kuntari Katu – Líderes Indígenas na Política Global
- Observatório da COP30 na Amazônia da Universidade Estadual do Pará (UEPA)
- União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UNIAB)

# Notas de fim

1. Este Boletim foi realizado no marco do [Projeto RESOLVING - Rebundling sovereignty over local nature in global governance](#), liderado pelo Norwegian Institute of International Affairs (NUPI) em parceria com o Instituto Igarapé e com financiamento do Research Council of Norway (Projeto número 344903).
2. Bortolotto, F. (2020) Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília.
3. Guldberg, C., Froehlich, T., Lombardi, T. T. N., Granja e Barros, A. F. (eds). (2026) Palgrave Handbook on the International Relations of the Amazon. Palgrave MacMillan.
4. Walker, H., Groen, L. (2025). Access and meaningful participation of non-state actors in the UNFCCC process: path-dependencies in the era of 'mega-COPs'. *Climate Policy*, pp. 1-13; Lövbrand, E., Hjerpe, M., Linnér, B. (2017). Making climate governance global: how UN climate summitry comes to matter in a complex climate regime. *Environmental Politics*, v. 26, n. 4, pp. 580-599.
5. Nunes, L. (2024). [Na ONU, Governo do Pará afirma que COP30 em Belém será a COP da floresta](#). Agência Pará de Notícias.
6. O evento foi coorganizado pelo Instituto Igarapé, pelo Norwegian Institute of International Affairs (NUPI), pela Coordenadora de Organizações Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). A lista das doze organizações participantes do evento, que compartilharam relatos sobre seu histórico de atuação, pode ser consultada no anexo deste documento (ver página 13).
7. Bortolotto, F. (2020), op. cit; Belfer, E., Ford, J. D., Maillet, M., Araos, M., & Flynn, M. (2019). [Pursuing an Indigenous Platform: Exploring Opportunities and Constraints for Indigenous Participation in the UNFCCC](#). *Global Environmental Politics*, 19(1), 12-33.
8. Presidência da COP30 (2025). [Primeira Carta da Presidência Brasileira](#)
9. Jong, H. N. (2025). [Hope, solidarity & disappointment: A familiar mix for Indigenous delegates at COP30](#), Mongabay.
10. Oyama, M. D., Nobre, C. A. (2003). A new climate-vegetation equilibrium state for Tropical South America. *Geophysical Research Letters*, v. 30, n. 23, Dec.
11. Discurso proferido em evento de alto-nível "Bridging Action Agendas from COP16 to COP30: Strengthening Synergies Across Land, Climate, and Nature", em Belém, dia 18 de novembro de 2025.
12. Citado em Waisbich, L. T. (2025). "The Forest Is Burning, Call the Police!" Challenges to Governing the Security-Development-Environment Nexus in the Amazon Basin. *Latin American Perspectives* 52, no. 5 (2025): 184-202.
13. Coiab et al. (2025). [Political Declaration of the Indigenous Peoples of the Amazon Basin and all Biomes of Brazil for COP30](#)
14. Baré, J. (2025). [Diplomacia indígena: o que aprendi na COP30](#), Sumaúma.
15. Não é possível falar de diversidade das Amazônia sem considerar que há, entre indígenas e comunidades tradicionais, percepções diferentes sobre as prioridades de uma economia política justa em seus territórios. Como qualquer sociedade humana, esses grupos não estão imunes às estratégias de convencimento do capital. Entretanto, esta análise se baseia no que o movimento indígena organizado reivindica. Ver mais em Bortolotto (2020).
16. Miranda, J. G., & Sauer, S. (2025). [Green extractivism and the invention of 'carbon territories' in the Brazilian Amazon](#). *Third World Quarterly*, 1-18.
17. Presidência da COP30 (2025). [Primeira Carta da Presidência Brasileira](#)
18. Presidência da COP30 (2025). [Décima Segunda Carta da Presidência Brasileira](#)
19. Instituto Igarapé (2025). Artigo Estratégico 65, [Sinergias Clima-Natureza: do local ao global](#)
20. Safatle, A. (2025). [Da COP 30 à implementação](#), Página 22, Uma Concertação Pela Amazônia.
21. Ver Jong (2025), op. cit.
22. Uma Concertação pela Amazônia (2025). [Mapa de Espaços Paralelos COP30](#)
23. Carvalho, F. (2025). [Indígenas protestam na COP30 e presidência do evento diz que atos são legítimos](#), UN News.
24. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (2025). [Avaliação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil \(APIB\) sobre a COP30](#)
25. Carvalho, F. (2025), op. cit.
26. Presidência da COP30 (2025). [Décima Segunda Carta da Presidência Brasileira](#)
27. Cúpula dos Povos COP30 (2025). [Barqueata da Cúpula dos Povos leva mais de 200 embarcações à Baía do Guajará, em Belém, em ato histórico pela Amazônia e pela justiça climática](#)

28. Universidade Federal do Pará (UFPA) - 2025. [Aldeia COP na UFPA consolida legado indígena durante a COP 30](#)
29. Dias, R. (2025). A emergência da paradiplomacia indígena no cenário internacional contemporâneo. Observatório de la Economía Latinoamericana, v. 23, n. 7, p. e10685.
30. Convenção Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) - 2002. [Indigenous Peoples Statement](#); CIEL (2019). [Indigenous Peoples and Traditional Knowledge in the Context of the UN Framework Convention on Climate Change](#); Indigenous Climate Action (n.d). [Value of Indigenous Participation Within the UNFCCC](#)
31. Ver [Global Alliance of territorial Communities](#). Ver também Sofa, F., Currey, K. (2021). [This alliance of Indigenous peoples brings climate solutions to COP26](#), Fundação Ford.
32. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) - 2024. [Acordo conjunto dos povos indígenas da região amazônica pelo cuidado com a vida](#)
33. Vilela, P. R. (2025) [International Indigenous Commission to take part in COP30 negotiations](#), Agência Brasil.
34. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) - 2025. [Mecanismo Amazônico de Povos Indígenas \(MAPI\)](#)
35. Poderíamos citar também, como marcos para o ativismo diplomático indígena, a primeira menção a “povos indígenas”, feita durante a COP11 de Montreal (2005), quando se consolidou o Protocolo de Kyoto; a aprovação da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007); a primeira menção ao conhecimento tradicional dos povos indígenas como base para as decisões da Convenção, na COP16 de Cancún (2010); e o marco do Acordo de Paris (2015), que ampliou a inclusão de povos indígenas. Ver mais em Bortolotto, F. (2020), op. cit.
36. Presidência da COP30 (2025). [Círculos da COP30](#)
37. Ministério das Relações Exteriores (2024). [Programa “Kuntari Katu: Líderes Indígenas na Política Global”](#); Presidência COP30 (2025). [Kuntari Katu: a formação que leva a voz indígena para a COP30](#); Vilela, P. R. (2025) [Diplomatas indígenas relatam experiência em negociações da COP30](#). Ver também Baré, J. [Diplomacia indígena: o que aprendi na COP30](#), Sumaúma.
38. Baré, J. (2025), op. cit.
39. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) - 2025. [Avaliação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil \(APIB\) sobre a COP30](#)
40. Ministério dos Povos Indígenas (MPI) - 2025. [Governo do Brasil anuncia homologação de 4 Terras Indígenas e assinatura de 10 portarias declaratórias durante a COP 30](#)
41. Gaventa, J. (2006). [Finding the Spaces for Change: A Power Analysis](#). IDS Bulletin 37, no. 6: 23-33.
42. Instituto Socioambiental. Povos Indígenas do Brasil (n.d). [Línguas Indígenas](#)
43. Ver [Lei Municipal n. 145/2002 - Do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM](#)
44. FOIRN (n.d.) [Memória e Cultura: Rio Negro e a megadiversidade cultural indígena](#)
45. Carvalho, F. (2025), op. cit.
46. Dias (2025), op. cit.
47. Sobre o “solutions-turn” na governança global climática e a construção social de “soluções”, ver De Pryck, K., , Boettcher, M. (2024). ‘The Rise, Fall and Rebirth of Ocean Carbon Sequestration as a Climate “Solution”’. Global Environmental Change 85 (March): 102820.
48. Global Alliance of Territorial Communities (2025). [The Answer is Us: How the world saw our answers at COP30](#). Ver também Coiab et al. (2025). [Political Declaration of the Indigenous Peoples of the Amazon Basin and all Biomes of Brazil for COP30](#)
49. Fundo Podaali (2025). [Prêmio Ciências Indígenas: “Soluções Ancestrais pelo Clima, pela Amazônia e por Todas”](#)
50. Ver a Campanha [A Resposta Somos Nós](#)
51. Ibid.
52. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) - 2025. [NDC dos Povos Indígenas do Brasil](#)
53. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) - 2025. [Avaliação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil \(APIB\) sobre a COP30](#); Fellows, M. (2025). [Como a proposta da NDC indígena pode mudar o rumo da mudança do clima](#), Jota.
54. Assinam o documento as seguintes entidades: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); Assembléia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu); Comissão Guarani Yvyrupa (CGY); Conselho do Povo Terena; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).
55. Baré, J. [Diplomacia indígena: o que aprendi na COP30](#), Sumaúma.
56. Tropical Forests Forever Facility (2025). [GATC Releases Public Statement On TFFF Concept Note 3.0](#)
57. Dias, R. (2025), op. cit.
58. Instituto Igarapé (2025), op. cit.

## Expediente institucional

### Instituto Igarapé

**Ilona Szabó de Carvalho**

*Cofundadora e Presidente*

**Robert Muggah**

*Cofundador e Chefe de Inovação*

**Melina Risso**

*Diretora de Pesquisa*

**Leriana Figueiredo**

*Diretora de Programas*

**Maria Amélia L. Teixeira**

*Diretora de Operações*

**Laura Trajber Waisbich**

*Diretora Adjunta de Pesquisa*

## Ficha técnica

### Autores

**Laura Trajber Waisbich**

*Diretora Adjunta de Pesquisa do Instituto Igarapé*

**Raisa Pina**

*Consultora do Instituto Igarapé para o Projeto RESOLVING*

**Lucas de Oliveira Paes**

*Pesquisador do Norwegian Institute of International Affairs (NUPI) e líder do Projeto RESOLVING*

### Edição

**Débora Chaves**

### Projeto gráfico

**Raphael Durão e André Guttierrez**

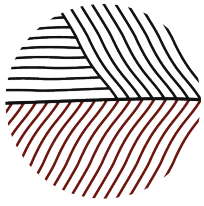
### Como citar:

INSTITUTO IGARAPÉ. Vozes das Amazônia nas Conferências do Clima: Reflexões sobre a participação indígena em Belém. Rio de Janeiro, 2026.

Disponível em: <https://igarape.org.br/publicacoes>

### Número DOI:

10.5281/zenodo.19236087



# INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um *think and do tank* independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios nas áreas de Segurança, Natureza, Clima e Cooperação Internacional no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

[contato@igarape.org.br](mailto:contato@igarape.org.br)

[igarape.org.br](http://igarape.org.br)

Assessoria de imprensa

[press@igarape.org.br](mailto:press@igarape.org.br)

Redes sociais

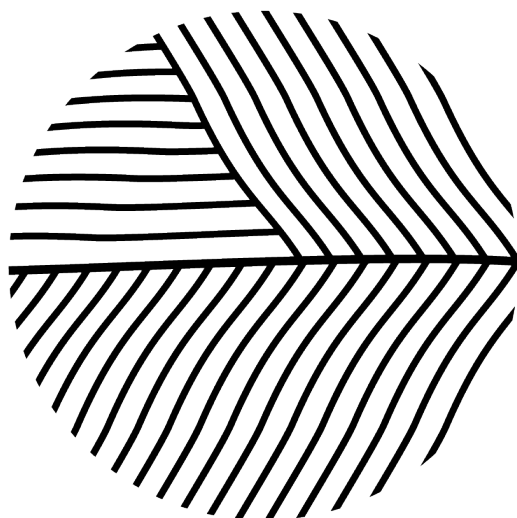
[f facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)

[x x.com/igarape\\_org](https://x.com/igarape_org)

[in linkedin.com/company/igarapeorg](https://www.linkedin.com/company/igarapeorg)

[youtube youtube.com/user/InstitutoIgarape](https://www.youtube.com/user/InstitutoIgarape)

[instagram.com/igarape\\_org](https://www.instagram.com/igarape_org)



[igarape.org.br](http://igarape.org.br)